

Taxistas lotam a Câmara durante audiência que discutiu o UBER

Assunto:

Transporte irregular

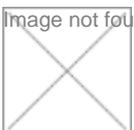


Manifestação de taxistas durante Audiência Pública. Foto: Bernardo Dias

Centenas de taxistas compareceram mais uma vez à Câmara Municipal de Belo Horizonte na manhã desta segunda-feira (10/8) para protestar contra o serviço de transporte de passageiros em carros particulares, ofertado por meio de aplicativos. A categoria denuncia a concorrência desleal provocada por aplicativos como o Uber, que, atuando sem regulamentação, acabam cobrando mais barato pelas corridas. Foi deliberada em audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário a criação de uma comissão composta por taxistas, vereadores e BHTrans para, no prazo máximo de 40 dias, encontrar uma solução relativa à atuação do transporte individual de passageiros intermediado por aplicativos.

Para a representante do Uber na audiência, Andrea Leal, a falta de regulamentação do serviço não se traduz em ilicitude e decorre do fato de tratar-se de uma atividade inovadora. Leal defendeu que o transporte privado de passageiros intermediado por aplicativos como o Uber seja regulamentado e passe a pagar as taxas e a seguir os critérios de segurança estabelecidos em lei. Ainda segundo ela, esse serviço é prestado de forma regular em vários países, estando regulamentado na Cidade do México, nas Filipinas, na Índia e nos Estados Unidos. O veto do governador de Brasília, Rodrigo Rollemberg a uma proposição que proibia o funcionamento de aplicativos como o Uber na capital federal também foi citado por ela como mais um fato favorável ao funcionamento do serviço.

Image not found or type unknown



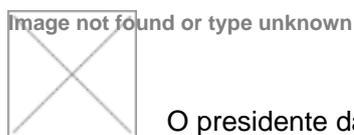
Antes de finalizar sua fala, Andrea Leal ainda apresentou o Uber como uma alternativa de trabalho para

taxistas auxiliares que atualmente chegam a pagar R\$200,00 por dia ao detentor de uma placa de táxi. Segundo ela, os auxiliares podem preferir migrar para o Uber em busca de maior benefício econômico, uma vez que teriam que pagar ao aplicativo apenas por corridas efetivamente realizadas. Atualmente, quem trabalha com o Uber deixa com o aplicativo um montante referente a 20% do valor pago pelo passageiro.

O diretor presidente do Sindicato dos taxistas (Sincavir) defendeu que, diferentemente do que alega a representante do Uber, aplicativos de celular que intermedeiam o transporte individual de passageiros não são uma novidade, e lembrou que vários deles já oferecem táxis legalizados à população de Belo Horizonte. De acordo com ele, os taxistas são favoráveis aos aplicativos de celular, desde que trabalhem com o transporte regulamentado de passageiros: o táxi.

Apelando ao prefeito de Belo Horizonte, o sindicalista afirmou: "Marcio Lacerda nunca virou as costas para o segmento do taxi e não o fará agora?". Além de confiar em uma decisão do Executivo favorável aos taxistas, ele também disse que a maioria dos vereadores apoia sua categoria. "Aqui (na Câmara Municipal), temos força pra coibir o império do poder econômico?", afirmou, em referência ao Uber, que é uma multinacional com inserção em diversos países.

Comissão



O presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário, Wagner

Messias Preto, colocou em votação, durante a audiência, a criação de uma comissão a ser composta por três representantes dos taxistas, pela BHTrans e por vereadores para tratar do transporte individual de passageiros na capital. Os parlamentares membros da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário que tratarão do tema junto à BHTrans e aos taxistas se posicionaram contrariamente ao Uber. O objetivo do grupo é propor, em até 40 dias, uma proposta para solucionar a questão.

O presidente da Câmara Municipal, Wellington Magalhães (PTN), defendeu que a comissão é a possibilidade de os taxistas construírem em conjunto com o Executivo e o Parlamento uma solução adequada para o tema. Segundo ele, a participação do Executivo vai evitar que após ser aprovado no Legislativo, o prefeito venha a vetar um projeto de lei sobre a questão. "Vocês não vão resolver o problema sem a parceria da BHTrans e do Executivo?", afirmou Wellington, dirigindo-se aos taxistas que lotavam o Plenário Amyntas de Barros. Ainda segundo ele, a proposta a ser elaborada pela comissão trará uma solução definitiva para a questão do funcionamento do Uber e de aplicativos semelhantes na capital. Em relação ao prazo máximo de até 40 dias que a comissão terá para produzir uma proposta, ele afirmou: "não adianta querer fazer mais rápido e o prefeito vetar?". Magalhães também se comprometeu com a votação da proposição que virá dessa comissão: "Eu, como presidente da Câmara, tenho como acelerar a tramitação desse projeto?", garantiu o parlamentar, que, dirigindo-se aos taxistas, assegurou: "Vocês podem contar com essa Casa?".

Assista ao [vídeo](#) completo da reunião.

Superintendência de Comunicação Institucional

Data publicação:

Segunda-Feira, 10 Agosto, 2015 - 00:00
